



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/AP

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES (atualização: AGO/2023)
NUP Nº 08361.005964/2025-13

OBJETO: Construção de Centro de Desenvolvimento e Valorização do Servidor na Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá - SR/PF/AP

1. **ENQUADRAMENTO DO OBJETO**

1.1. **Classificação como obra ou serviço de engenharia**

O objeto da presente licitação é (☒) OBRA ou () SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

Trata-se de obra de engenharia, visto que abarca a construção de Centro de Desenvolvimento e Valorização do Servidor na Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá - SR/PF/AP. Ademais, de acordo com o conceito da Lei 14.133/2021, trata-se de atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

1.2. **Classificação como serviço comum ou especial**

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é () COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

2. **REGIMES DE EXECUÇÃO**

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

(X) **empreitada por preço unitário**

() empreitada por preço global

() empreitada integral

() contratação por tarefa

() contratação integrada

() contratação semi-integrada

() fornecimento e prestação de serviço associado

A solução escolhida pela Administração, por ser a mais viável técnica e economicamente, foi a contratação no Regime de Empreitada por Preço Unitário, por ser o regime mais garantidor do princípio da economicidade e melhor trato com os recursos financeiros que serão empregados.

~~Uma vez adotado o regime de empreitada por preço global / empreitada integral, o Projeto Básico () DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013 Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:~~

~~Uma vez adotado o regime de empreitada por preço global / empreitada integral, o Projeto Básico () NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte justificativa:~~

3. **ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

3.1. No presente feito, o (X) **Termo de Referência / Projeto Básico** / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (X) **engenharia**, () arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da (X) **ART**, () RRT ou () TRT.

Anexo XIX - ART de Projeto e Orçamento (145021739)

Anexo XXVI - ART Termo de Referência (145021840)

4. **DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA**

Na presente licitação:

(X) **FOI** observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

() **FORAM** adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

() **FORAM** adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI,

(X) **FORAM** adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(X) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

SINAPI - 01/2026 - Amapá
SBC - 02/2026 - Amapá
SICRO3 - 10/2025 - Amapá

(X) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

Encontra-se no Anexo XI - Planilha Mapa Cotações (145021691) - aba específica da planilha orçamentária.

(X) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

Encontra-se no Anexo XI - Planilha Mapa Cotações (145021691) - aba específica da planilha orçamentária.

Buscou-se a estimativa de preços a partir de fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado, de modo a alcançar o maior número de elementos, referências e dados possíveis para apurar o valor estimado da contratação em tela; Porém, não foram encontradas composições de alguns serviços na Tabela SINAPI ou em outros sistemas de referência. A pesquisa de mercado junto a fornecedores foi utilizada quando não foi possível a utilização de preços constantes em tabelas referenciais públicas.

A metodologia adotada para estimar o preço global para a obra de engenharia foi:

1. em primeiro plano, os valores dos serviços constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi);

2. em segundo plano, os valores dos serviços constantes em outro banco oficial;

3. em terceiro plano, valores de contratações similares feitas pela Administração Pública;

4. em quarto plano, média aritmética de pesquisa de mercado junto às empresas privadas.

Assim, a metodologia utilizada observou os parâmetros e a ordem definida pelo §2º do art. 23 da Lei 14.133, de 2021.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(X) foi/foram juntadas a(s) **(X)** planilha(s) sintética(s) e a(s) **(X)** planilha(s) analítica(s)

() NÃO foi/foram juntadas a(s) **()** planilha(s) sintética(s) e a(s) **()** planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(X) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(X) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

() foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

(X) foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(X) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos **(X)** compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

() observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do **()** 1º quartil ou **()** médio ou **()** 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

O orçamento da obra está em conformidade com o Acórdão n.º 2.622/2013 - Plenário do TCU, no que se refere ao custo direto de administração local. O percentual aplicado, de 8,02%, encontra-se dentro do intervalo previsto entre o segundo e o terceiro quartil estabelecido no referido acórdão, atendendo, assim, às diretrizes normativas para a composição de custos.

A adoção de percentual situado entre o segundo e o terceiro quartil justifica-se em razão da necessidade de manutenção de equipe técnica qualificada durante todo o período de execução da obra, garantindo a adequada condução dos serviços, o acompanhamento das frentes de trabalho e a correta implementação dos procedimentos executivos previstos em projeto.

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(X) **PREVÊ** pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

() **NÃO FORAM PREVISTOS** pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(X) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos **(X)** **INSUMOS** e **(X)** **SERVIÇOS**.

() **NÃO** foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos **()** **INSUMOS** e aos **()** **SERVIÇOS**, sob seguinte justificativa:

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou (X) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

Foram elaboradas duas planilhas de orçamento para a presente obra, ambas com os mesmos itens e quantitativos, sendo que em uma foi adotado o preço de mão de obra desonerada e na outra o valor não desonerado. O resultado final foi o seguinte:

Valor com desoneração, BDI padrão de 27,01%: R\$ 3.408.655,47

Valor sem desoneração, BDI padrão de 22,75%: R\$ 3.348.633,99

Considerando que foi demonstrado que o regime de Não Desoneração da folha de pagamento é a mais vantajosa para a licitação em tela, serão adotados os custos de referência NÃO DESONERADOS.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

O custo com administração central está associado às características de cada empresa, o que torna complexa a sua precificação pela Administração, tendo em vista que essa parcela não é mensurada em relação a uma obra específica, mas para manter em operação a estrutura central das empresas e o andamento os seus contratos de obras, tanto da matriz quanto das filiais, de acordo com o Acórdão TCU nº 2.622/2013-Plenário.

Por isso, é alocado entre as obras executadas simultaneamente pela empresa por meio de critérios indiretos, fazendo com que cada obra absorva uma parte desse custo ordinário. Como parâmetro é possível tomar o custo direto da obra, para estimar a taxa de administração central, uma vez que é um fator de influência, segundo o Acórdão TCU nº 2.622/2013-Plenário.

Desta maneira, à luz do custo fixo encontrado para a obra, utilizou-se uma taxa de 4,00% para a parcela da administração central, que corresponde ao valor do segundo quartil do citado Acórdão.

Seguro e garantia: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Para a parcela de Seguros e Garantias, utilizou-se o valor médio do Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário, correspondente a 0,80%, visto que se trata de uma obra com sistemas construtivos amplamente utilizada no mercado.

Risco: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Considerando que a obra será executada em terreno urbano amplo e suas fundações serão em estaca, o que minimiza possíveis danos a edificações em terrenos lindeiros, utilizou-se o percentual do quartil médio do Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário, correspondente a 1,27%, para estimar a taxa de risco.

Despesa financeira: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Tendo em vista que espera-se que a empresa se planeje de forma a manter sua saúde financeira compatível com o ritmo de execução da obra, no que se refere às obras civis, e que minimize os prazos entre os desembolsos e os recebimentos.

A fim remunerar possíveis perdas monetárias decorrente da defasagem entre a data de efetivo desembolso e a data do recebimento da medição dos serviços prestados, utilizou-se o valor do quartil médio para a parcela de Despesas Financeiras do Acórdão TCU nº 2.622/2013, correspondente a 1,23%.

Lucro: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Trata-se de uma obra de porte médio, cujos sistemas construtivos são de amplo domínio, porém a ser executada em um estado com limitações de logística. Diante disso, adotou-se 7,40% para taxa de lucro, à luz do Acórdão 2622/2013 – TCU, por ser o percentual mais compatível com a contratação em andamento.

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (X) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

Tal decisão justifica-se pelo fato de que os materiais e equipamentos previstos na planilha orçamentária encontram-se, em sua maioria, diretamente vinculados à execução dos serviços de engenharia, compondo sistemas construtivos que demandam fornecimento, transporte, armazenamento, controle de qualidade, manuseio e aplicação pela contratada. Dessa forma, tais insumos não configuram meros fornecimentos isolados, estando intrinsecamente associados às atividades executivas da obra.

Adicionalmente, a segregação de um BDI reduzido aplicável exclusivamente aos materiais e equipamentos poderia resultar em distorções na composição dos custos, uma vez que parte relevante das despesas indiretas da contratada — tais como administração central, gestão logística, seguros, riscos contratuais, despesas financeiras e margem de lucro — incide de forma integrada sobre o conjunto das atividades necessárias à execução do objeto.

Administração central: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Seguro e garantia: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Risco: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Despesa financeira: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Lucro: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(X) FOI juntado aos autos.

() NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

(X) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. **PROJETO EXECUTIVO**

(X) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

() NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, () ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

14. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

14.1. **REGISTRO DA EMPRESA NO CONSELHO PROFISSIONAL**

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (X) CREA e/ou ao () CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

Demonstrar que a empresa possui atribuição compatível com a execução do objeto deste projeto, possuindo em seu quadro profissionais da área de Engenharia ou Arquitetura, que tenham efetuado serviços semelhantes ao do objeto e possuam o registro regular para o exercício da profissão.

14.2. **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**

Na presente licitação:

(X) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

(X) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

Atestado contendo a execução de obra civil de construção similar ao objeto deste procedimento licitatório, com área mínima de 450 m²;

Atestado contendo a execução de fundações com estacas profundas;

Atestado contendo a execução de estrutura de concreto armado convencional com, no mínimo, 70 m²;

14.3. **POSSIBILIDADE DE SOMATÓRIO DOS ATESTADOS**

Na presente licitação, será (X) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:

A comprovação de capacitação técnica poderá vir em mais de um atestado, demonstrando a atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, acompanhado da sua respectiva ART ou RRT. Portanto, será permitido o somatório de Atestados de Capacitação Técnica para o atendimento do percentual mínimo exigido para capacidade técnica.

14.4. **CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(X) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

(X) SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

A Lei n. 14.133, de 2021, expressamente admite a exigência de atestados com quantidades mínimas tanto para os comprovantes de qualificação técnico-profissional quanto técnico-operacional, desta forma, A exigência de comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT se baseia na necessidade de garantir a qualidade da obra, evitando problemas futuros, assegurar um planejamento preciso e controle de custos, além de cumprir normas técnicas e padrões de segurança. Isso reduz desperdícios, demonstra transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, promovendo uma intervenção eficiente e sustentável.

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT com atestado, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

Atestado contendo a execução de obra civil de construção similar ao objeto deste procedimento licitatório, com área mínima de 450 m²;

Atestado contendo a execução de fundações com estacas profundas;

Atestado contendo a execução de estrutura de concreto armado convencional com, no mínimo, 70 m²;

15. **VISTORIA**

Na presente licitação, a realização de vistoria será (X) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (X) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Serão fornecidos projetos e fotos do local, a fim de viabilizar a ampla participação. Ademais, se o licitante quiser poderá visitar o local da obra conforme agendamento.

16. **SUBCONTRATAÇÃO**

O órgão assessorado () NÃO ADMITIU ou (X) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

Para os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas da que executará a obra.

Cada um desses itens demanda um nível de expertise específico de empresas especializadas, com conhecimento em sua fabricação, instalação e aplicação por profissionais capacitados encontrados em empresas que se dedicam exclusivamente a essas atividades, garantindo a qualidade técnica do produto final.

Esses itens são:

*estacas;
coberturas metálicas;
impermeabilização;
forro;
painel (ACM);
coberturas metálicas.*

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em:

*Administração;
Serviços preliminares;
Estruturas, exceto a execução das estacas e das coberturas metálicas;
Elementos de urbanismo e arquitetura, exceto impermeabilização, painel (ACM) e forro;
Instalações elétricas;
Limpeza e entrega da obra.*

A subcontratação fica limitada a 25% (vinte e cinco) por cento.

17. **DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO**

Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou (X) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 10% por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

A exigência de um Patrimônio Líquido Mínimo de 10% sobre o valor estimado da contratação visa garantir a capacidade financeira da empresa contratada e reduzir riscos. Isso assegura que a empresa possua recursos para lidar com imprevistos, cumprir o contrato e manter a qualidade da obra, prevenindo a possibilidade de abandono. Em resumo, essa exigência busca uma execução eficiente e bem-sucedida do projeto, protegendo os interesses da instituição e da sociedade.

18. **PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

Embora seja admitida a possibilidade de consórcio em contratações que envolvam obra complexa e de relevante vulto, entende-se que não há benefício ou necessidade de segmentação ou divisão empresarial para a realização dos serviços objeto dessa contratação.

No mercado, existem empresas, tanto em termos de quantidade, quanto de capacidade técnica, no segmento objeto desta contratação em número suficiente para garantir a competitividade do certame. Fato esse corroborado por outras contratações de empresas que atuaram nas construções de outras obras de porte e de complexidade superiores em Superintendências e Delegacias da Polícia Federal, em outras unidades da Federação.

Ressalta-se que, ao passo que é ventilada a diminuição da concorrência ao vedar o consórcio, surge a possibilidade de redução no caráter competitivo ao aderir a ele, pois as empresas poderiam acordar entre si para participar da licitação. Desta forma, a vedação à participação de consórcios neste certame não representa qualquer restrição ao universo de potenciais licitantes.

Ademais, a execução da obra demanda coordenação técnica integrada e responsabilidade centralizada, características que podem ser prejudicadas em contratações com múltiplas empresas consorciadas, em razão da necessidade de articulação entre diferentes estruturas organizacionais, o que pode aumentar os riscos de falhas na execução, dificuldades de gestão contratual e conflitos de responsabilidade.

Ressalta-se, ainda, que a vedação à participação de consórcios visa preservar a eficiência da execução contratual, a clareza na atribuição de responsabilidades e a celeridade na tomada de decisões, sem representar restrição indevida ao caráter competitivo da licitação.

Por fim, registra-se que a presente justificativa encontra-se em plena consonância com as características do objeto, bem como com as disposições constantes da minuta do edital e dos demais documentos que instruem a contratação.

19. **PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

A vedação à participação de cooperativas na presente contratação decorre das características específicas do objeto, consistente na execução de obra de engenharia, a qual demanda organização empresarial estruturada, com assunção de responsabilidades técnicas, civis e administrativas típicas de empresas do setor.

A execução do objeto envolve atividades técnicas especializadas, com necessidade de registro e responsabilidade junto ao conselho profissional competente (CREA/CAU), além da exigência de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), o que pressupõe estrutura organizacional compatível, com definição clara de hierarquia técnica, gestão de equipes e controle de processos construtivos.

Adicionalmente, a execução da obra pressupõe a assunção integral dos riscos contratuais por parte da contratada, inclusive quanto a prazos, qualidade dos serviços, encargos trabalhistas e previdenciários, bem como responsabilidade por eventuais vícios construtivos, o que se mostra incompatível com o modelo jurídico-operacional das cooperativas, baseado na atuação autônoma e na ausência de subordinação entre cooperados.

Ressalta-se que a presente vedação não se fundamenta em características típicas de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, mas sim na natureza do objeto como obra por escopo, que exige estrutura empresarial consolidada e responsabilidade técnica centralizada, a fim de garantir a adequada execução contratual.

Por fim, destaca-se que a vedação não compromete a competitividade do certame, tendo em vista a ampla existência, no mercado, de empresas de engenharia aptas à execução do objeto, conforme evidenciado em contratações similares realizadas pela Administração Pública.

Quanto ao aspecto jurídico da contratação, não cabe a área técnica de engenharia opinar por se tratar de matéria de cunho jurídico a qual não tem formação e ou competência para exprimir opinião fundamentada.

20. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

Na presente licitação, será (X) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

Se tratando da execução de serviços de média complexidade, executado, normalmente, por empresas do ramo da construção civil, onde a não execução ou abandono da execução por parte da contratada, poderia trazer enormes prejuízos à segurança das edificações. Nesse sentido, a garantia contratual poderia amenizar possíveis prejuízos causados pela inexecução dos serviços;

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

A exigência de uma Garantia da Execução assegura a qualidade da obra, previne problemas futuros, protege financeiramente a instituição, incentiva a conclusão no prazo e reforça a confiança no projeto. Essa garantia demonstra o compromisso da empresa com a qualidade e o patrimônio público, resultando em um projeto mais confiável e eficiente.

21. **DA SUSTENTABILIDADE**

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(X) **definiu** os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(X) **verificou** se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(X) **verificou** a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(X) **verificar** o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

~~Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:~~

Macapá/AP, na data da assinatura eletrônica.

SÉRGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA

Agente de Polícia Federal
GTED/SELOG/SR/PF/AP

JOÃO VICTOR MELO COUTINHO

Agente de Polícia Federal
GTED/SELOG/SR/PF/AP



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA**, Agente de Polícia Federal, em 24/04/2026, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO VICTOR MELO COUTINHO**, Agente de Polícia Federal, em 24/04/2026, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145754106&crc=D248EB71.

Código verificador: **145754106** e Código CRC: **D248EB71**.